

DEMO, Pedro. *Cidadania menor. Algumas indicações quantitativas de nossa pobreza*. Petrópolis: Vozes, 1992. 191 p.

Ana Lúcia Hazin*

O livro escrito por Pedro Demo traz uma importante contribuição para a reflexão sobre a questão do exercício da cidadania no Brasil, além de ser intenção do autor colaborar com suas idéias na elaboração de políticas públicas e civis.

Embora o fenômeno estudado exija uma análise qualitativa, tem como embasamento dados coletados pelo IBGE em 1988, mensuráveis quantitativamente, analisados a partir do acesso seletivo à educação, do acesso a documentos, da análise de algumas faces da justiça, da sindicalização e do associativismo.

A abordagem do tema relativo à cidadania privilegia, por opção, apenas a dimensão política. Sob essa ótica, a cidadania é vista “como processo histórico de conquista popular, através do qual a sociedade adquire, progressivamente, condições de tornar-se *sujeito histórico consciente e organizado*, com capacidade de conceber e efetivar projeto próprio”. (Demo, 1992: p. 17)

A qualidade política de uma sociedade é fundamentalmente resultante da participação civil. Essa participação, assim como a possibilidade de a sociedade civil efetivar projeto próprio de desenvolvimento, depende de certos fatores que, por serem decisivos na concretização do processo, são ressaltados pelo autor, como o fenômeno associativo (participação aos sindicatos, partidos políticos, associações) e a instrumentalização pública do exercício da cidadania. É nesse contexto que o Estado aparece como “instrumentação necessária”.

* Ana Lúcia Hazin, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

No entanto, conforme palavras textuais do autor, o Estado tem “atrapalhado” (Demo, 1992, p. 21) o processo histórico de cidadania popular, sobretudo “através de políticas sociais desmobilizadoras e controladoras”, respaldadas em anacrônicas concepções de tutela. As políticas sociais distributivas têm como freqüente resultado uma desmobilização da comunidade, o que retarda o seu processo emancipatório. Há, no texto, um alerta importante do autor, no sentido de que os dados analisados não sejam utilizados de forma inescrupulosa. “Cidadania é política pública no plano da instrumentação estratégica” (Demo, 1992, p. 94), mas não é feita, conduzida, decidida pelo Estado.

A cidadania popular existente hoje no Brasil e, especialmente no Nordeste, é muito pobre. O estágio de desenvolvimento econômico atingido pela nossa sociedade não permite que se tenha um estado do Bem-Estar Social, o *Welfare State*. Conseqüentemente, as políticas sociais também são pobres, determinando uma “oferta pobre para o pobre” (Demo, 1992, p. 107). A postura submissa da sociedade, tem levado a que ela peça, em vez de exigir do Estado o cumprimento de suas atribuições. A sociedade organizada não cabe, no entanto, substituir o Estado, mas pressioná-lo no sentido de fazê-lo funcionar.

É preocupante a situação do Brasil. Ao lado da falta numérica de cidadãos, percebe-se que estes atores não representam força viva e organizada, comprometida com os projetos alternativos de sociedade.

O autor conclui afirmando que à nossa pobreza material corresponde formidável pobreza política.

Recife, 16/05/95.